



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
REITORIA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMONIO
DEP. DE MATERIAIS E IMPORTACAO
Av. Sete de Setembro, 3165 - CEP 80230-901 - Curitiba - PR - Brasil
Telefone: (41) 3310-4545 - www.utfpr.edu.br



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UASG 153019)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.005/2026

(Processo Administrativo nº23064.021741/2026-22)

EDITAL

OBJETO

Registro de preços para eventual subscrição de licenças de uso, juntamente com o suporte técnico e manutenção, para os softwares AutoCAD LT (Autodesk); SketchUp PRO (Trimble) e SketchUp Studio (Trimble), todos na versão mais recente, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 208.358,84

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:

NÃO

Torna-se público que a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UASG 153019 - Reitoria), por meio da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD) sediada na Av. Sete de Setembro, 3165 – Rebouças, Curitiba/PR - CEP: 80230-901, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual subscrição de licenças de uso, juntamente com o suporte técnico e manutenção, para os softwares AutoCAD LT (Autodesk); SketchUp PRO (Trimble) e SketchUp Studio (Trimble), todos na versão mais recente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. A licitação será dividida em item e grupo, sendo este último formado por dois itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.1.2. relativamente ao item isolado, faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.1.3. relativamente ao grupo, faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para o lote 1 (grupo 1), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico,

na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado

pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de* 0,01 % (um centésimo por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão

lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da

licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de

enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.22.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.22.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.22.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.22.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.22.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.22.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.22.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.22.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.22.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.22.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.22.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.24.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2.2. empresas brasileiras;

7.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

- 8.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.14. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.15. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor

juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente

subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 07 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **07** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **07** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **07** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.9. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos

previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, à Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos

elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: demimp@utfpr.edu.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 ANEXO I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2. Apêndice II do Anexo I - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo IV – Modelo de Proposta.



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **SANDRA DO ROCIO RAMOS, PREGOEIRO(A)**, em (at) 18/06/2026, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5777178** e o código CRC (and the CRC code) **462DCBD7**.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
REITORIA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE PROJETOS CIVIS

Av. Sete de Setembro, 3165 - CEP 80230-901 - Curitiba - PR - Brasil
Telefone: (41) 3310-4545 - www.utfpr.edu.br



TERMO DE REFERÊNCIA

Curitiba, 07 de maio de 2026.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para eventual subscrição de licenças de uso, juntamente com o suporte técnico e manutenção, para os software AutoCAD LT (Autodesk); SketchUp PRO (Trimble) e SketchUp Studio (Trimble), todos na versão mais recente, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | Especificação | CATSER | Métrica ou Unidade de Medida | CÓD. PMC-TIC | Quantidade | Valor Unitário Máximo Estimado | Valor Total Máximo Estimado |
|---|--|--------|------------------------------|--------------|--------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| 01 | Software AutoCAD LT (Autodesk), 36 meses | 27502 | Licença unitária | NA | 25 (vinte e cinco) | R\$ 5.778,02 | R\$ 144.450,50 |
| Grupo 01 (Lote 01) | | | | | | | |
| Item | Especificação | CATSER | Métrica ou Unidade de Medida | CÓD. PMC-TIC | Quantidade | Valor Unitário Máximo Estimado | Valor Total Máximo Estimado |
| 02 | Software SketchUp PRO (Trimble), 36 meses | 27502 | Licença unitária | NA | 08 (oito) | R\$ 6.391,00 | R\$ 51.128,00 |
| 03 | Software SketchUp Studio (Trimble), 36 meses | 27502 | Licença unitária | NA | 01 (um) | R\$ 12.780,34 | R\$ 12.780,34 |
| Valor Total Máximo Estimado Grupo 01 (Lote 01) | | | | | | | R\$ 63.908,34 |

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s)

participante(s).

| Órgão Gerenciador | | |
|--------------------|--------------------------------|--------|
| Identificação | Campus/Órgão Participante | UASG |
| 01 | UTFPR - Reitoria - DIRPRO | 153019 |
| Órgão Participante | | |
| Identificação | Campus/Órgão Participante | UASG |
| 02 | Campus UTFPR Apucarana | 150149 |
| 03 | Campus UTFPR Cornélio Procópio | 153176 |
| 04 | Campus UTFPR Dois Vizinhos | 153991 |
| 05 | Campus UTFPR Guarapuava | 152134 |
| 06 | Campus UTFPR Londrina | 150148 |
| 07 | Campus UTFPR Medianeira | 153029 |
| 08 | Campus UTFPR Pato Branco | 153177 |
| 09 | Campus UTFPR Ponta Grossa | 153178 |
| 10 | Campus UTFPR Santa Helena | 154852 |
| 11 | Campus UTFPR Toledo | 150150 |

| Estimativa de Consumo Individualizada e Total | | | | |
|---|------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| Identificação do Órgão | Métrica ou Unidade de Medida | Quantidade Estimada por Item | | |
| | | Software AutoCAD LT, 36 meses | Software SketchUp PRO, 36 meses | Software SketchUp Studio, 36 meses |
| UTFPR - Reitoria - DIRPRO | Licença unitária | 05 (cinco) | 04 (quatro) | 01 (um) |
| Campus UTFPR Apucarana | Licença unitária | 02 (dois) | 01 (um) | -- |
| Campus UTFPR Cornélio Procópio | Licença unitária | 02 (dois) | -- | -- |
| Campus UTFPR Dois Vizinhos | Licença unitária | 01 (um) | -- | -- |
| Campus UTFPR Guarapuava | Licença unitária | 02 (dois) | -- | -- |
| Campus UTFPR Londrina | Licença unitária | 03 (três) | -- | -- |
| Campus UTFPR Medianeira | Licença unitária | 02 (dois) | -- | -- |
| Campus UTFPR Pato Branco | Licença unitária | 02 (dois) | 02 (dois) | -- |
| Campus UTFPR Ponta Grossa | Licença unitária | 02 (dois) | -- | -- |

| | | | | |
|----------------------------------|------------------|--------------------|-----------|---------|
| Campus UTFPR Santa Helena | Licença unitária | 01 (um) | -- | -- |
| Campus UTFPR Toledo | Licença unitária | 03 (três) | 01 (um) | -- |
| Quantidade Total Estimada | | 25 (vinte e cinco) | 08 (oito) | 01 (um) |

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), uma vez que se tratam de softwares amplamente disponíveis no mercado.

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO AO MODELO DE EXECUÇÃO

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a Instrução Normativa PROPLAD/UTFPR nº 12, de 01 de abril de 2022 que, em seu art. 1º, parágrafo único, inciso “z” considera licenças de uso de software como serviços continuados, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. A contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência será realizada através de processo licitatório, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), modalidade Pregão Eletrônico, fundamentada no art. 3º do Decreto 11.462/2023, critério de julgamento menor preço, regime de empreitada por preço unitário.

1.5.1. Conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, a adoção do SRP fundamenta-se no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 11.462/2023, que autoriza essa modalidade pela necessidade de atender, de forma padronizada e mediante licitação única, tanto a equipe técnica da unidade central (DIRPRO) quanto as equipes distribuídas nos diversos *Campi* da instituição (DEPROs). O SRP permite a aquisição sob demanda, garantindo que o empenho e o pagamento ocorram apenas conforme a necessidade real de uso, evitando a ociosidade de licenças e o desperdício de recursos.

1.6. A intenção de Registro de Preços – IRP será aberta para atender o número máximo de participantes para a presente contratação, sendo autorizada exclusivamente a participação dos Núcleos de Contratações da UTFPR. Esta decisão se justifica em razão da capacidade de gerenciamento de entidade licitante, em conformidade com o art. 7º, inc. I, do Decreto nº 11.462 de 2023.

1.7. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços pelos motivos expostos no item imediatamente acima.

PRAZO DE VIGÊNCIA

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.8. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.8.1. A vigência da Ata poderá ser prorrogada por igual período, totalizando o limite de 2 (dois) anos, desde que comprovada a vantagem dos preços registrados, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

1.8.2. Em caso de prorrogação da vigência da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

1.8.3. Durante a vigência da Ata, o Órgão Gerenciador e os Órgãos Participantes poderão formalizar as contratações conforme a necessidade, respeitados os quantitativos registrados.

DOS CONTRATOS

1.9. A vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

1.9.1. Por se tratar de um serviço contínuo, conforme definido nos Estudos Técnicos Preliminares e na Instrução Normativa PROPLAD/UTFPR nº 12/2022, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.9.2. A vigência do contrato é independente da vigência da Ata.

1.10. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

| Órgão Gerenciador | | |
|--------------------|--------------------------------|---|
| Identificação | Campus/Órgão Participante | PCA |
| 01 | UTFPR - Reitoria - DIRPRO | ID PCA no PNCP: 75101873000190-0-000005/2027 Data de publicação no PNCP: 23/04/2026 Id do item no PCA: 129, 130 e 138 Classe/Grupo: 182 - Serviço de Licenciamento e Contratos de Transferência de Tecnologia Identificador da Futura Contratação: 153019-19/2027 |
| Órgão Participante | | |
| Identificação | Campus/Órgão Participante | PCA |
| 02 | Campus UTFPR Apucarana | ID PCA no PNCP: 75101873000190-0-000002/2026 Data de publicação no PNCP: 08/04/2025 Identificação do item no PCA: 33 Classe/Grupo: 182- Serviço de Licenciamento e Contratos de Transferência de Tecnologia Identificador da Futura Contratação: 153176-10-20226 |
| 03 | Campus UTFPR Cornélio Procopio | ID PCA no PNCP: 75101873000190-0-000002/2026 Data de publicação no PNCP: 08/04/2025 Identificação do item no PCA: 33 Classe/Grupo: 182 - Serviço de Licenciamento e Contratos de Transferência de Tecnologia Identificador da Futura Contratação: 153176-10/2026 |
| 04 | Campus UTFPR Dois Vizinhos | ID PCA no PNCP: 75101873000190-0-000006/2026 Data de publicação no PNCP: 13/05/2025 Identificação do item no PCA: 18 Classe/Grupo: 182 - Serviço de Licenciamento e Contratos de Transferência de Tecnologia Identificador da Futura Contratação: 153177-28/2026 |
| 05 | Campus UTFPR Guarapuava | ID PCA NO PNCP: 75101873000190-0-000005/2026 Data de publicação: 05/05/2025 Identificação do item no PCA: 45 |

| | | |
|----|---------------------------|--|
| | | Classe/Grupo: 111 - Serviços de Desenvolvimento e Manutenção de Software Identificador da Futura Contratação: 153178-35/2026 |
| 06 | Campus UTFPR Londrina | ID PCA no PNCP: 75101873000190-0-000002/2026 Data de publicação no PNCP: 08/04/2025 Identificação do item no PCA: 33 Classe/Grupo: 182 - Serviço de Licenciamento e Contratos de Transferência de Tecnologia Identificador da Futura Contratação: 153176-10/2026 |
| 07 | Campus UTFPR Medianeira | ID PCA no PNCP: 75101873000190-0-000004/2026 Data de publicação no PNCP: 22/04/2025 Identificação do item no PCA: 9 Classe/Grupo: 182 - Serviço de Licenciamento e Contratos de Transferência de Tecnologia Identificador da Futura Contratação: 153029-22/2026 |
| 08 | Campus UTFPR Pato Branco | ID PCA no PNCP: 75101873000190-0-000006/2026 Data de publicação no PNCP: 13/05/2025 Identificação do item no PCA: 18 Classe/Grupo: 182 - Serviço de Licenciamento e Contratos de Transferência de Tecnologia Identificador da Futura Contratação: 153177-28/2026 |
| 09 | Campus UTFPR Ponta Grossa | ID PCA no PNCP: 75101873000190-0-000005/2026 Data de publicação no PNCP: 05/05/2025 Identificação do item no PCA: 45 Classe/Grupo: 111 - Serviços de Desenvolvimento e Manutenção de Software Identificador da Futura Contratação: 153178-35/2026 |
| 10 | Campus UTFPR Santa Helena | ID PCA no PNCP: 75101873000190-0-000004/2026 Data de publicação no PNCP: 22/04/2025 Identificação do item no PCA: 9 Classe/Grupo: 182 - Serviço de Licenciamento e Contratos de Transferência de Tecnologia Identificador da Futura Contratação: 153029-22/2026 |
| 11 | Campus UTFPR Toledo | ID PCA no PNCP: 75101873000190-0-000004/2026 Data de publicação no PNCP: 22/04/2025 Identificação do item no PCA: 9 Classe/Grupo: 182 - Serviço de Licenciamento e Contratos de Transferência de Tecnologia Identificador da Futura Contratação: 153029-22/2026 |

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução de TIC consiste no Registro de Preços para a eventual subscrição de licenças de uso de software, na versão mais recente quando da contratação, incluindo suporte técnico, manutenção e atualização de versões durante a vigência do contrato, em atendimento aos requisitos e especificações previstos neste Termo de Referência.

3.1.1. Item 1) Subscrição de software CAD para modelagem de projetos de arquitetura e engenharia – AutoCAD LT (Autodesk);

3.1.2. Grupo 01 (Lote 01): Item 2) Subscrição de software de modelagem 3D profissional para aplicação em projetos de arquitetura e engenharia – SketchUp PRO (Trimble); Item 3) Subscrição de software de modelagem 3D profissional para aplicação em projetos de arquitetura e engenharia com

renderização fotorrealista – SketchUp Studio(Trimble).

3.1.3. A descrição detalhada da solução, bem como a justificativa de seu dimensionamento e a análise do Custo Total de Propriedade (TCO), encontram-se pormenorizadas nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços fundamenta-se no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 11.462/2023, visando atender de forma padronizada a unidade central (DIRPRO) e as unidades distribuídas (DEPROs) dos diversos campi.

3.3. O ciclo de vida da solução compreende o planejamento, a seleção do fornecedor via Pregão Eletrônico, a disponibilização das chaves de acesso/licenciamento, o suporte técnico contínuo, bem como a manutenção e a atualização tecnológica durante o período de vigência do contrato.

3.4. A vigência contratual das subscrições será de 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação sucessiva até o limite de 10 (dez) anos, conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a estabilidade dos fluxos de trabalho e a proteção contra oscilações tarifárias anuais.

3.5. Os serviços poderão ser contratados por qualquer dos órgãos participantes, ou pelo órgão gerenciador, em qualquer tempo enquanto da vigência da Ata de Registro de Preços.

3.6. Os serviços deverão ser entregues diretamente ao Contratante, conforme especificações definidas em contrato.

3.7. O objeto da contratação está alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e a Estratégia Nacional de Governo Digital, conforme tópico específico no Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

REQUISITOS DE NEGÓCIO

4.1. Os Requisitos de Negócio estão devidamente detalhados no Estudo Técnico Preliminar.

REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

REQUISITOS LEGAIS

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas e evolutivas pelo Contratado, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades, durante a vigência do contrato.

4.5. Atualizações e Manutenção Evolutiva:

4.5.1. As atualizações deverão ser disponibilizadas de forma imediata ao lançamento comercial.

4.5.2. Deverá ser informado o endereço eletrônico de internet do fabricante da solução, sempre que possível, para o fim de realizar download de versões originais dos produtos, atualizações e pacotes de segurança.

4.5.3. O Contratado deverá garantir o fornecimento de todas as atualizações dos softwares

(versões novas, correções, novas tecnologias desenvolvidas e evoluções de segurança) lançadas pelos fabricantes durante todo o período de vigência do contrato.

4.5.4. Toda manutenção (corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa) ficará a cargo do Contratado pessoalmente, ou mediante fornecimento de orientações por escrito e suporte remoto, quando aprovadas pela fiscalização.

4.6. Suporte Técnico:

4.6.1. O suporte técnico deverá ser prestado em língua portuguesa, cobrindo problemas de instalação, licenciamento, gerenciamento de licenças, ativação, funcionalidades e uso dos softwares, atualizações e correções de problemas.

4.6.2. Deverão ser informados os contatos do suporte técnico da solução, a ser prestado por meio dos canais: central de atendimento, chat eletrônico, e-mail e/ou presencial, em horário comercial.

4.6.3. O Contratado deverá prestar atendimento e resolver qualquer requisição, incidente ou problema, apresentando a solução em até 2 (dois) dias úteis, sem ônus ao Contratante.

4.6.4. As manutenções programadas deverão ser comunicadas ao Contratante com antecedência de 5 (cinco) dias úteis.

4.6.5. As manutenções emergenciais deverão ser comunicadas ao Contratante, com as justificativas, a fim de possibilitar a avaliação das condições de cumprimento dos níveis de serviços e condições contratuais.

REQUISITOS TEMPORAIS

4.7. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pelo Contratante;

4.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.9. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE

4.10. O Contratado deverá cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), tratando os dados pessoais de usuários (nome, e-mail institucional e identificadores digitais) exclusivamente para fins de ativação e gestão das subscrições.

4.11. A solução deverá ser provida de requisitos de segurança, como controle de acesso, autenticação com o uso de credenciais usuário e senha, registro de eventos em log de auditoria com informações suficientes para análise.

4.12. O Contratado não poderá se utilizar da presente contratação para obter qualquer acesso não autorizado às informações do Contratante.

4.13. O Contratado não poderá veicular publicidade acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização, por escrito, do Contratante.

4.14. É vedada a utilização de dados dos usuários para fins publicitários, oferta de serviços de terceiros ou qualquer outra finalidade não prevista neste Termo de Referência, sem o consentimento expresso e individual.

4.15. É de responsabilidade do Contratado garantir que as informações por ela obtidas em

decorrência da execução desta contratação sejam mantidas em sigilo, não podendo ser divulgadas, exceto se previamente acordado, por escrito, entre as partes contratantes.

4.16. O Contratado é responsável civil, penal e administrativa quanto à divulgação indevida ou não autorizada de informações, realizada por ela ou por seus empregados.

4.17. O Contratado deve informar imediatamente ao Contratante sobre qualquer incidente de segurança ou vazamento de dados que possa afetar as contas dos usuários da instituição.

REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

4.18. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais.

4.19. O Contratado, quando em execução de tarefas no ambiente do Contratante, em atividades presenciais ou remotas, deverão atuar com ética, urbanidade e asseio, observando a pontualidade, o respeito no trato com o público e o zelo pelo patrimônio institucional. É obrigatório o uso de identificação pessoal ou funcional conforme as normas de segurança da Contratante.

4.20. Os softwares contratados devem possuir interface de operação, manuais e documentação técnica em português brasileiro (PT-BR). Da mesma forma, todo o suporte técnico, garantia e atendimento aos usuários deverão ser realizados obrigatoriamente em língua portuguesa por pessoal capacitado.

REQUISITOS DA ARQUITETURA TECNOLÓGICA

4.21. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica do Contratante.

4.22. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pelo Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado ao Contratado adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pelo Contratante.

4.23. Todas as licenças devem ser totalmente compatíveis ao sistema operacional padrão utilizado na UTFPR (Windows 10 ou superior).

REQUISITOS DE PROJETOS E DE IMPLEMENTAÇÃO

4.24. Não é objeto da presente contratação o desenvolvimento de software, portanto, não há requisito de implementação.

REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

4.25. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.25.1. O Contratado deverá disponibilizar o acesso às licenças no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato. A entrega consiste no envio das credenciais de acesso ou chaves de ativação para o e-mail institucional indicado pelo Contratante.

4.25.2. O Contratado deverá prestar suporte para a configuração do console de gerenciamento de licenças do fabricante. Isso inclui o auxílio na atribuição dos "usuários nomeados" e na configuração de políticas de segurança básicas, garantindo que a equipe técnica do Contratante tenha pleno controle sobre a distribuição das licenças contratadas.

4.25.3. Junto com a entrega das licenças, deverá ser fornecido um guia rápido (em português) contendo as instruções para download, instalação e ativação dos softwares, além dos contatos oficiais para suporte técnico.

4.25.4. A implantação será considerada provisoriamente aceita após a confirmação do recebimento das licenças e a verificação, pela fiscalização técnica, de que as chaves/acessos correspondem às versões e quantidades especificadas no contrato.

REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO

4.26. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

4.27. A garantia técnica abrange a obrigação do Contratado em assegurar a plena disponibilidade e o funcionamento das subscrições durante todo o período contratual. O Contratado responde pela originalidade e validade das licenças, devendo solucionar, sem ônus para a Administração, quaisquer falhas de ativação, bloqueios de acesso ou inconformidades no licenciamento junto aos fabricantes.

4.28. A manutenção compreende o direito à atualização tecnológica constante, garantindo ao Contratante o acesso imediato a todas as novas versões (upgrades), correções de segurança e melhorias de funcionalidades (updates) lançadas oficialmente pelos fabricantes durante a vigência contratual.

REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

4.29. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

4.30. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

4.31. A execução dos serviços está condicionada à assinatura do contrato.

4.32. O contrato ou documento equivalente indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.33. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências de maneira eletrônica e via telefônica.

4.34. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos ao Contratante.

REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

4.35. O Contratado deverá observar, além dos Requisitos de Segurança e Privacidade, os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.35.1. As informações sob custódia do Contratado serão tratadas como informações sigilosas e só poderão ser utilizados pelo fornecedor e terceiros mediante autorização formal do Contratante.

4.35.2. O Contratado não poderá divulgar, mesmo que em caráter estatístico, quaisquer informações originadas dos serviços prestados ao Contratante sem prévia e expressa autorização.

VISTORIA

4.36. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

SUSTENTABILIDADE

4.37. Não há (justificativa presente no documento Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência).

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELO

4.38. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

| Item | Especificação | Métrica ou Unidade de Medida | Quantidade Estimada |
|------|---------------|------------------------------|---------------------|
|------|---------------|------------------------------|---------------------|

| | | | |
|---------------------------|--|-------------------------------------|----------------------------|
| 01 | Software AutoCAD LT (Autodesk), 36 meses | Licença unitária | 25 (vinte e cinco) |
| Grupo 01 (Lote 01) | | | |
| Item | Especificação | Métrica ou Unidade de Medida | Quantidade Estimada |
| 02 | Software SketchUp PRO (Trimble), 36 meses | Licença unitária | 08 (oito) |
| 03 | Software SketchUp Studio (Trimble), 36 meses | Licença unitária | 01 (um) |

4.39. As soluções, conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, são softwares amplamente consolidados no mercado, utilizados para desenho técnico e modelagem 2D e 3D, com recursos avançados de documentação, automação e personalização.

4.40. As soluções apresentam alto grau de maturidade tecnológica, ampla adoção no mercado e plena compatibilidade com as necessidades operacionais institucionais, dispensando customizações e adaptações adicionais.

DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

4.41. Não será exigida a Carta de Solidariedade nesta Contratação.

SUBCONTRATAÇÃO

4.42. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.43. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

4.44. As informações relevantes para o dimensionamento da proposta estão devidamente pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações do Contratante:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar ao Contratado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento ao Contratado, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar ao Contratado todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte

do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do Contratado:

5.2.1. apresentar certificado ou declaração do fabricante indicando que é revendedor autorizado a comercializar o software, a ser entregue na assinatura do contrato;

5.2.2. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.3. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.4. reparar quaisquer danos diretamente causados ao Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo Contratante;

5.2.5. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pelo Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.6. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.7. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.8. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.9. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.10. fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.2.11. arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato;

5.2.12. assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

5.2.13. assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante.

5.2.14. assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do processo licitatório.

5.2.15. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

5.2.16. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em

conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.2.17. se necessária a execução de serviços presenciais, apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

5.2.18. relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

5.2.19. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.2.20. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

5.2.21. tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto do contrato, zelando pelo perfeito cumprimento das condições pactuadas.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.4. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.5. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.6. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.7. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.8. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

5.3.9. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

| Evento | Descrição do Evento | Prazo Máximo | Responsável pela Ação |
|--------|---------------------|--------------|-----------------------|
|--------|---------------------|--------------|-----------------------|

| | | | |
|----|--|--|--------------------------|
| 01 | Assinatura do Contrato | -- | Contratante e Contratado |
| 02 | Entrega das licenças/ credenciais para acesso ao software contratado | Evento 1 + 15 (quinze) dias corridos | Contratado |
| 03 | Emissão do Termo de Recebimento Provisório | Evento 2 + 15 (quinze) dias úteis | Contratante |
| 04 | Testes de Conformidade e autorização para emissão da Nota Fiscal | Evento 3 + 10 (dez) dias úteis | Contratante |
| 05 | Emissão da Nota Fiscal | Evento 4 + quantidade de dias a critério do Contratado | Contratado |
| 06 | Emissão do Termo de Recebimento Definitivo e Ateste da Nota Fiscal | Evento 5 + 10 (dez) dias úteis | Contratante |

6.1.1. Início da execução do objeto: terá início a partir da data de assinatura do Termo de Contrato, que ocorrerá após a formalização da Ata de Registro de Preços.

6.1.2. Após a assinatura do contrato, em até 15 (quinze) dias corridos, o Contratado deverá enviar, para o endereço eletrônico disponibilizado pelo Gestor do contrato, as instruções de instalação e atualização do software, juntamente com os procedimentos técnicos necessários para a devida efetivação;

6.1.3. A implantação será considerada provisoriamente aceita após a confirmação do recebimento das licenças e a verificação, pela fiscalização técnica, de que as chaves/acessos correspondem às versões e quantidades especificadas no contrato.

6.1.4. O Recebimento Definitivo será caracterizado pela disponibilização e pleno funcionamento das licenças;

6.1.5. A critério das partes, os prazos que estão sob sua responsabilidade poderão ser antecipados.

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2. Os serviços serão executados nos endereços abaixo:

| Identificação | Campus/Órgão Participante | Endereço |
|---------------|--------------------------------|--|
| 01 | UTFPR - Reitoria - DIRPRO | Av. Sete de Setembro, 3165, Bairro Rebouças, Curitiba/PR |
| 02 | Campus UTFPR Apucarana | Rua Marcílio Dias, 635, Bairro Jardim Paraíso, Apucarana/PR |
| 03 | Campus UTFPR Cornélio Procópio | Av. Alberto Carazzai, 1640, Vila Seugling, Cornélio Procópio/PR |
| 04 | Campus UTFPR Dois Vizinhos | Estrada para Boa Esperança, Km 04, Comunidade de São Cristóvão, Dois Vizinhos/PR |

| | | |
|----|------------------------------|--|
| 05 | Campus UTFPR Guarapuava | Av. Guarapuava, 600, Guarapuava/PR |
| 06 | Campus UTFPR Londrina | Av. dos Pioneiros, 3131, Bairro Jardim Morumbi, Londrina/PR |
| 07 | Campus UTFPR Medianeira | Av. Brasil, 4232, Medianeira/PR |
| 08 | Campus UTFPR Pato Branco | Via do Conhecimento, km 1, Pato Branco/PR |
| 09 | Campus UTFPR Ponta Grossa | Rua Dr. Washington Subtil Chueire, 330, Bairro Jardim Carvalho, Ponta Grossa/PR |
| 10 | Campus UTFPR Santa Helena | Prolongamento da Rua Cerejeira, s/n, Santa Helena/PR |
| 11 | Campus UTFPR Toledo | Rua Cristo Rei, 19, Toledo/PR |

6.3. Os serviços e suporte técnico poderão ser prestados remotamente, conforme especificado Requisitos de Implantação.

FORMAS DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

6.4. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

QUANTIDADE MÍNIMA DE SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE

6.6. Cada Contrato conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo de execução.

MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

6.7. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I - Ata ou Registro de Reunião;
- II - Ofício;
- III - Sistema de abertura de chamados;
- IV - E-mails e Cartas.

MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

6.8. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.9. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, conforme Anexo II.

7. **MODELOS DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

PREPOSTO

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

7.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

7.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de

conformidade.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

GESTOR DO CONTRATO

7.17. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pelo Contratado confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.17.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.17.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.17.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria

Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto para fins de pagamento utilizará como métrica a efetiva disponibilização das licenças, sendo o faturamento condicionado ao Recebimento Definitivo da solução, mediante ateste da fiscalização que comprove o pleno acesso e a conformidade técnica das subscrições entregues.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados,

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

RECEBIMENTO

8.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, conforme prazo discriminado no item Modelo de Execução do Objeto, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.8. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as

especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente conforme prazo discriminado no item Modelo de Execução do Objeto, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO

8.19. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.19.1. A inspeção será conduzida pelo Integrante Técnico em conjunto com a unidade usuária, consistindo na validação das especificações funcionais e tecnológicas das subscrições. Os testes de conformidade, realizados após o Recebimento Provisório, visam garantir que o acesso, as funcionalidades e a versão dos softwares atendem integralmente ao Termo de Referência e à proposta do Contratado.

8.19.2. Os Testes de Conformidade terão por fim comprovar que os produtos entregues atendem a todas as especificações contidas no Termo de Referência e na proposta comercial.

8.19.3. Após a conclusão dos testes sem a identificação de desconformidades, o Contratante autorizará a emissão da Nota Fiscal/Fatura. No corpo da nota fiscal deverá ser especificado os objetos da

prestação de serviços fornecidos, quantidade, unidade, valor unitário, valor total de cada material, valor total da respectiva nota fiscal e o número do contrato ou instrumento equivalente. O Recebimento Definitivo e o consequente processo de pagamento serão iniciados somente após seu recebimento e ateste.

8.19.4. Caso qualquer item seja recusado por desconformidade técnica ou falha de licenciamento, o Contratado deverá providenciar sua substituição ou regularização, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias úteis. A contagem dos prazos para os testes de conformidade será reiniciada a partir da nova entrega, sem prejuízo da aplicação de sanções pelo atraso.

LIQUIDAÇÃO

8.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão Contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os

meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

8.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

8.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

REAJUSTE

8.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo período de vigência da contratação (36 meses), conforme definido em contrato.

8.37. Após o interregno de 36 (trinta e seis) meses, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno de 36 (trinta e seis) meses.

8.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo do período de vigência do aditivo será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de

qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

CESSÃO DE CRÉDITO

8.44. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.44.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.44.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.44.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.44.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pelo Contratante, conforme a tabela abaixo:

| Identificação | Ocorrência | Glosa/Sanção |
|---------------|--|---|
| 01 | Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. | Contratado ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21. |

| | | |
|----|--|---|
| 02 | Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação. | Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual e das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21. |
| 03 | Suspender ou interromper a validade das licenças de software contratadas. | Contratado será declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual e das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21. |
| 04 | Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado, provocando prejuízo aos usuários dos serviços. | Contratado será declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21. |
| 05 | Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas. | Contratado será declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21. |
| 06 | Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas do Contratante. | Contratado será declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21. |
| 07 | Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela. | Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a |

| | | |
|--|--|--|
| | | contratação, aplica-se multa de 5% do valor total do contrato. |
|--|--|--|

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

9.4.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea

“d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

I - Nos casos de inexecução parcial com prejuízo direto à prestação dos serviços essenciais, poderá ser aplicada penalidade diversa, observada a proporcionalidade e a gravidade da infração, mediante justificativa formal da área técnica e aprovação da autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FOR FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, sendo adotado o critério de VALOR UNITÁRIO para o Item 01 e de VALOR GLOBAL para o Grupo 01.

10.2. O Valor Global do Grupo 01 não poderá exceder o valor total estimado do lote R\$ 63.908,34 (sessenta e três mil, novecentos e oito reais e trinta e quatro centavos);

10.3. Os Valores Unitários de cada Item do Grupo 01 não poderá exceder os valores máximos fixados para um dos 02 (dois) itens que compõem o grupo, conforme a Planilha de Custos e Formação de Preços (item 1.1 deste Termo de Referência).

REGIME DE EXECUÇÃO

10.4. O regime de execução do contrato será por preço unitário.

10.5. A adoção desse regime permite a mensuração objetiva dos itens contratados, com pagamento condicionado aos quantitativos efetivamente demandados e fornecidos, assegurando maior controle administrativo, previsibilidade orçamentária e transparência na execução contratual.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

10.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.14. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.15. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu

domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/ contratação, ou de sociedade simples;

10.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO

10.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

| Item | Especificação | Unidade | Quantidade |
|---------------------------|---|------------------|------------|
| 01 | Software AutoCAD LT (Autodesk), 36 meses | Licença unitária | 05 (cinco) |
| Grupo 01 (Lote 01) | | | |
| Item | Especificação | Unidade | Quantidade |
| 02 | Software SketchUp PRO (Trimble), 36 meses | Licença unitária | 02 (dois) |

10.27.2. Nos termos do art. 67, § 2º da Lei 14.133/2021, foi adotado o critério de 20% (vinte por cento) da quantidade total dos itens para fins de especificação da capacidade mínima;

10.27.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.27.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.27.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.27.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.28. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.29. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

10.30. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA COOPERATIVAS

10.35. Admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.35.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.35.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.35.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.35.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.35.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.35.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.35.6.1. ata de fundação;

10.35.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.35.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.35.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.35.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.35.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.35.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 208.358,84 (duzentos e oito mil, trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do contrato.

11.3. A presente contratação não terá pagamentos mensais, sendo o valor total pago integralmente mediante nota de empenho única, por contrato efetivamente realizado.

11.4. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/unidade: 15246 - UTFPR;

II - Programa: 5113;

III - Ação: 20RK;

IV - Fonte: 1000000000;

V - PTRES: 229597;

VI - Natureza de Despesa: 339040.06 – Locação de Software.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

13.2. As condições de entrega, execução e pagamento serão aquelas definidos no presente Termo de Referência.

ANEXOS

13.3. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

13.4. Anexo II - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo.

14. RESPONSÁVEIS

14.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 31, de 09 de janeiro de 2026.

| Integrante Técnico | Integrante Requisitante | Integrante Administrativo |
|--|---|--|
| DANILO RENATO DE ASSIS Matrícula/SIAPE: 2069752 | ANA CLAUDIA SARTOR SPIVAKOSKI Matrícula/SIAPE: 3148613 LUDMILA DE SOUZA FREITAS Matrícula/SIAPE: 2818047 MARCELO CHELLA Matrícula/SIAPE: 1753502 | ANA PAULA BARROS Matrícula/SIAPE: 2260257 |

15. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

15.1. Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

| |
|--|
| AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL – § 3º do art. 11) |
| DIOGO AUGUSTO BARROS PEREIRA Matrícula/SIAPE: 21942233 |



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANA CLAUDIA SARTOR SPIVAKOSKI, ARQUITETO E URBANISTA**, em (at) 07/05/2026, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **DIOGO AUGUSTO BARROS PEREIRA, DIRETOR(A)**, em (at) 07/05/2026, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANA PAULA BARROS, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 07/05/2026, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **LUDMILA DE SOUZA FREITAS, ARQUITETO E URBANISTA**, em (at) 07/05/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5678538** e o código CRC (and the CRC code) **DB8574F4**.

Referência: Processo nº 23064.060129/2025-94

SEI nº 5678538



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
REITORIA
VICE-REITORIA
DIRETORIA DE PROJETOS E OBRAS
DEPARTAMENTO DE PROJETOS CIVIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

IN ME/SEGES N° 94/2022

Diretrizes Gerais

1. Este estudo será lançado posteriormente no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br>
2. Este documento deve ser elaborado e assinado por todos os membros da Equipe de Planejamento da Contratação.
3. Apagar os itens marcados em vermelho que servem apenas como guia para o preenchimento deste documento.
4. O link para consulta da IN ME/SEGES 94/2022 está disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-sgd/me-n-94-de-23-de-dezembro-de-2022-454510332>
5. Os itens a seguir são de **preenchimento obrigatório**.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 23064.060129/2025-94

ETP: "Contratações de TIC"

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

2.1. O objeto desta contratação é o registro de preços para eventual subscrição de licenças de uso, juntamente com o suporte técnico e manutenção, para:

- 2.1.1. Software de Projeto Assistido por Computador (CAD) que possibilite a criação, modificação e compartilhamento de modelos de projetos de arquitetura e engenharia em 2D;
- 2.1.2. Software de modelagem 3D profissional para aplicação em projetos de arquitetura e engenharia, e;
- 2.1.3. Software de modelagem 3D profissional para aplicação em projetos de arquitetura e engenharia com renderização fotorrealista para produção de imagens e vídeos em alta resolução dos modelos 3D.

2.2. Motivação e Justificativa

2.2.1. A presente contratação é fundamental para garantir a continuidade das atividades finalísticas da Diretoria de Projetos e Obras (DIRPRO) e dos Departamentos de Projetos e Obras (DEPROs) de todos os campi. Estas unidades são responsáveis pela gestão técnica da infraestrutura física da UTFPR, o que abrange o planejamento, a elaboração e fiscalização de projetos de engenharia e arquitetura. A utilização destas ferramentas é indispensável para o fluxo de trabalho, sendo elas essenciais para a execução das atribuições do corpo técnico (engenheiros, arquitetos e técnicos).

2.2.2. A necessidade de subscrição dessas soluções justifica-se pela existência de um vasto acervo histórico de projetos da Universidade, consolidados em formatos de arquivos técnicos padronizados (.dwg e .skp). A interrupção do acesso a essas tecnologias comprometeria a integridade da memória técnica das edificações além da manutenção da velocidade e qualidade da produção.

2.2.3. A contratação é um pilar estratégico para a evolução tecnológica institucional, já que as ferramentas requeridas permitem a geração de bases compatíveis com o padrão aberto (.ifc), assegurando a transição gradual e segura dos processos de projeto para métodos de trabalho mais colaborativos e precisos.

2.2.4. Além da produção técnica, as soluções de visualização e modelagem fotorrealista são instrumentos de gestão. Elas traduzem projetos complexos em informações visuais acessíveis para a área administrativa, facilitando a análise de viabilidade e a tomada de decisão por parte da gestão institucional.

2.2.5. Por fim, justifica-se a necessidade de inclusão de serviços de suporte técnico e manutenção. Tais serviços garantem a atualização contínua das ferramentas contra vulnerabilidades digitais, a celeridade na resolução de problemas técnicos e a

conformidade legal do licenciamento, evitando interrupções por falhas de software que possam paralisar o cronograma de obras da instituição.

2.3. Alinhamento aos objetivos estratégicos da instituição

2.3.1. PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional (disponível em: <https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/rNpmWcJ8plfRQYc>).

2.3.2. PDI 2023-2027 - Macro objetivo 55 - Atualizar os planos diretores para suporte ao planejamento da gestão;

2.3.3. PDI 2023-2027 - Macro objetivo 68 - Investir em infraestrutura para promoção do bem-estar da comunidade universitária;

2.3.4. PDI 2023-2027 - Macro objetivo 73 - Promover a melhoria da infraestrutura nos espaços e serviços acadêmicos dos campi para garantir a acessibilidade digital, física e arquitetônica;

2.3.5. PDI 2023-2027 - Macro objetivo 76 - Estabelecer suporte orçamentário para incrementar de forma substancial o fornecimento de funcionalidades e sistemas de software para uso institucional.

2.3.6. PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação (disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/documentos/tecnologia-da-informacao/dirgti/regulamentos>).

2.3.7. PDTI 2024-2026 – Objetivo Estratégico 4 – Infraestrutura de TI –Prover recursos e normas de infraestrutura de informação e comunicação de dados para UTFPR.

2.3.8. ENGD – Estratégia Nacional de Governo Digital (disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/estrategianacional>).

2.3.9. ENGD 2024-2027 – Objetivo 6 - Dispor de infraestrutura moderna, segura, escalável e robusta, considerando princípios de sustentabilidade, para a implantação e evolução de soluções de governo digital, promovendo soluções estruturantes compartilhadas, uso de padrões comuns e a integração entre os entes federados.

3. ÁREA REQUISITANTE

| | |
|------------------------------------|----------------------|
| Identificação da Área requisitante | Nome do responsável |
| DIRPRO | Carlos Kazuhiko Hara |

4. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

4.1. As soluções devem suprir demandas das áreas de engenharia e arquitetura que necessitam dos softwares para o desempenho de suas atividades.

a) Solução 1: Software de Projeto Assistido por Computador (CAD) que possibilite a criação, modificação e compartilhamento de modelos de projetos de arquitetura e engenharia em 2D;

b) Solução 2: Software de modelagem 3D profissional para aplicação em projetos de arquitetura e engenharia, e;

c) Solução 3: Software de modelagem 3D profissional para aplicação em projetos de arquitetura e engenharia com renderização fotorrealista para produção de imagens e vídeos em alta resolução dos modelos 3D.

4.2. Durante o período contratado, deve ser oferecido o suporte técnico, atualizações, correções de problemas e gerenciamento de licenças, relacionados aos produtos adquiridos e mantidos, às expensas da Contratada.

4.3. O prazo de licenciamento deverá ser de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação, respeitada a vigência máxima decenal ([Art. 107, da Lei nº 14.133](#)).

5. NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

5.1. As licenças devem permitir a instalação dos software em número ilimitado de computadores-clientes, sendo que a restrição será colocada no número de usuários que podem acessar (ou utilizar) cada licença simultaneamente.

5.2. Para as licenças adquiridas ou novas versões, a empresa deverá fornecer, no mínimo, uma mídia original para instalação de software, link para acesso ou qualquer outro meio que possibilite o download dos programas ou atualizações correspondentes, em número igual ao das licenças adquiridas.

5.3. Todas as licenças devem ser totalmente compatíveis ao sistema operacional padrão utilizado na UTFPR (Windows 10 ou superior).

6. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO TIC

6.1. Do ponto de vista da equipe requisitante, as soluções devem apresentar os seguintes requisitos mínimos:

6.1.1. Solução 1: Software de Projeto Assistido por Computador (CAD) que possibilite a criação, modificação e compartilhamento de modelos de projetos de arquitetura e engenharia em 2D:

6.1.1.1. Possibilitar a criação, modificação e compartilhamento de modelos bidimensionais aplicados a projetos de arquitetura e engenharia;

6.1.1.2. Ser compatível, em sua totalidade, e permitir a importação e exportação de arquivos com formato .dwg e .dxf, quando menos;

6.1.1.3. Permitir a impressão e exportação de arquivos em formato .pdf;

6.1.1.4. Possuir ferramenta que permita o envio e acesso de cópias controladas dos desenhos;

6.1.1.5. Possuir ferramenta comparadora entre versões de desenhos;

6.1.1.6. Permitir que sejam abertas diversas janelas do mesmo desenho;

6.1.1.7. Possuir ferramenta de contagem automática de blocos ou geometrias.

6.1.2. Solução 2: Software de modelagem 3D profissional para aplicação em projetos de arquitetura e engenharia:

6.1.2.1. Deverá permitir a execução de modelagem virtual 3D (tridimensional);

6.1.2.2. Suportar os arquivos da base de dados da contratante, desenvolvidos em formato .skp;

6.1.2.3. Possibilitar a criação, modificação e compartilhamento de modelos em 3D;

6.1.2.4. Suportar seções nomeadas, possuir cortes de seções cheias e realizar seções rápidas;

6.1.2.5. Possibilitar a criação de desenho em escala no layout e esboço ao longo de um modelo 3D para detalhar um projeto; Possibilitar a importação e exportação de arquivos nos formatos 2D, 3D, .dxf, .dwg, .3ds, .ifc, .pdf; Permitir importar um arquivo em formato .ifc, .dwg e .dxf para modelagem em layout e encontrar ilustrações já dimensionadas para o tamanho do papel;

6.1.2.6. Possuir o plugin para o Google Earth, que permita a criação de modelos em 3D para implantação posterior numa localização à escolha;

6.1.2.7. Possibilitar a criação de modelos ortográficos, isométricos e em perspectiva, em escala e dimensionadas;

6.1.2.8. Possibilitar apresentações com dimensões, texto e elementos gráficos e configurações de objetos com as opções de componentes dinâmicos.

6.1.3. Solução 3: Software de modelagem 3D profissional para aplicação em projetos de arquitetura e engenharia com renderização fotorrealista para produção de imagens e vídeos em alta resolução dos modelos 3D:

6.1.3.1. Ferramentas e acessórios descritos para a "Solução 2";

6.1.3.2. Realizar a renderização de modelos virtuais de projetos arquitetônicos tridimensionais de forma totalmente compatível com o software descrito no item "b";

6.1.3.3. Possuir biblioteca de materiais e texturas que permita criar uma atmosfera realística nas renderizações;

6.1.3.4. Possuir sistema de renderização simples e escalável;

6.1.3.5. Permitir cortes em seções com ferramenta específica; Permitir o ajuste interativo de luzes e texturas enquanto da realização da renderização;

6.1.3.6. Permitir a simulação realística da luz natural em qualquer horário do dia a partir de geolocalização;

6.1.3.7. Permitir o acompanhamento do histórico de renderização, ajuste de cor, exposição e buffer de quadros.

6.2. O fornecedor deve comprovar, que está apto a fornecer os software, através de carta do fabricante, atestando esta condição.

6.3. Os softwares deverão possuir a possibilidade de configuração e utilização no idioma português (PT-BR).

6.4. A contratada deve disponibilizar manual ou guia básico de utilização dos softwares no idioma português (PT-BR), físico ou online.

6.5. Requisitos de sustentabilidade:

6.5.1. Não constam critérios e práticas de sustentabilidade referentes ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar no Guia

Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (disponível em: [<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis>]; acesso em 12/01/2026).

7. ESTIMATIVA DA DEMANDA

7.1. A metodologia para obtenção das quantidades estimadas considerou a necessidade de contratação dos softwares correspondentes pela DIRPRO (Diretoria de Projetos e Obras) e pelos DEPROs (Departamento de Projetos e Obras) de cada campus.

7.1.1. Solução 1: Software de Projeto Assistido por Computador (CAD) que possibilite a criação, modificação e compartilhamento de modelos de projetos de arquitetura e engenharia em 2D;

7.1.2. Solução 2: Software de modelagem 3D profissional para aplicação em projetos de arquitetura e engenharia;

7.1.3. Solução 3: Software de modelagem 3D profissional para aplicação em projetos de arquitetura e engenharia com renderização fotorrealista para produção de imagens e vídeos em alta resolução dos modelos 3D.

| Estimativa da Demanda | | | |
|---|---|-------------|-----------|
| Identificação do Campus | Identificação das Soluções/Quantidade de Licenças Previstas (unidade) | | |
| | Solução 1 | Solução 2 | Solução 3 |
| DIRPRO - Reitoria | 05 (cinco) | 04 (quatro) | 01 (um) |
| DEPRO - Apucarana | 02 (dois) | 01 (um) | -- |
| DEPRO - Campo Mourão | 01 (um) | -- | -- |
| DEPRO - Cornélio Procopio | 02 (dois) | -- | -- |
| DEPRO - Dois Vizinhos | 01 (um) | -- | -- |
| DEPRO - Guarapuava | 02 (dois) | -- | -- |
| DEPRO - Londrina | 03 (três) | -- | -- |
| DEPRO - Medianeira | 02 (dois) | -- | -- |
| DEPRO - Pato Branco | 01 (um) | 01 (um) | -- |
| DEPRO - Ponta Grossa | 02 (dois) | -- | -- |
| DEPRO - Santa Helena | 01 (um) | -- | -- |
| DEPRO - Toledo | 03 (três) | 01 (um) | -- |
| Quantidade Total de Licenças (unidade) | 25 (vinte e cinco) | 07 (sete) | 01 (um) |

7.2. As quantidades de licenças apontadas no quadro acima tiveram origem após e-mail encaminhado pela DIRPRO aos DEPROs em 18/12/2025.

7.3. O número de licenças foi definido com base na necessidade de uso individual dos servidores da DIRPRO e dos DEPROs, considerando que cada licença permite instalação em diversos equipamentos porém a operação da solução por apenas um usuário.

8. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

8.1. De forma a analisar o mercado em relação aos softwares que atendem o escopo definido, foram pesquisadas contratações similares na Administração Pública e as alternativas de mercados, dentre elas softwares proprietários, softwares livres e softwares públicos.

8.1.1. Alternativas de Mercado

I - Softwares Proprietários

Para o levantamento de mercado, foram analisadas soluções de software considerando as principais necessidades apontadas, bem como a experiência de uso das equipes técnicas além da biblioteca disponível na Diretoria e Departamentos. Dessa forma, foram estabelecidos conceitos e características fundamentais, frequentemente presentes em softwares específicos de engenharia e arquitetura, os quais orientam a definição do escopo da contratação de maneira objetiva e justificada.

| Identificação das Soluções | | |
|----------------------------|---------|-----------------------------------|
| Identificação do Item | Solução | Descrição da Solução |
| 1 | 1.1 | AutoCAD LT (Autodesk Inc.) |
| | 1.2 | ZWCAD Std (ZWSOFT CO.) |
| 2 | 2.1 | SketchUp PRO (Trimble Navigation) |

| | | |
|---|-----|--------------------------------------|
| 3 | 2.2 | 3ds MAX (Autodesk Inc.) |
| | 3.1 | SketchUp Studio (Trimble Navigation) |
| | 3.2 | V-Ray (Chaos Group) |

II - Softwares Proprietários

Apesar de não exigirem licenciamento, os softwares livres, por serem de código aberto, não oferecem suporte técnico formal nem estabilidade operacional, o que representa risco elevado à continuidade dos projetos.

A Diretoria e os Departamentos não dispõem de equipes capacitadas para atuar diretamente no código-fonte, o que inviabiliza qualquer intervenção em caso de falhas. Já os softwares licenciados são auditados, certificados e mantidos por fornecedores especializados, garantindo segurança, confiabilidade e aderência às exigências técnicas e legais da Administração Pública.

III - Softwares Públicos

Em consulta ao portal do Software Público não foram encontradas soluções que atendam às necessidades especificadas. Disponível em: [<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/plataformas-e-servicos-digitais/software-publico>]. Acesso em: 12/01/2026.

8.1.2. Contratações Similares

8.1.2.1. Foram observadas as seguintes contratações similares realizadas pela Administração Pública, com base em contratos ou documentos equivalentes publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas, emitidos para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da presente contratação.

I - AutoCAD LT - 12 meses

| Órgão | Licitação | Data Assinatura/ Homologação | Valor Unitário da Licença |
|------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| Prefeitura de Mafra/SC | Contrato 165/2025 Dispensa 54/2025 | ago/2025 | R\$ 2.400,00 |
| Prefeitura Lindaia do Sul/SC | Contrato 110/2025 Dispensa 77/2025 | out/2025 | R\$ 2.099,50 |
| Prefeitura de Água Boa/MT | Contrato 158/2025 Pregão 59/2025 | out/2025 | R\$ 1.970,00 |
| Prefeitura de Brusque/SC | Contrato 104/2025 Pregão 37/2025 | nov/2025 | R\$ 2.339,99 |
| TRE/BA | NE 2025NE1539 | nov/2025 | R\$ 2.023,76 |

II - AutoCAD LT - 36 meses

| Órgão | Licitação | Data Assinatura/ Homologação | Valor Unitário da Licença |
|------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| TJ/SP | Contrato 203/2025 | jul/2025 | R\$ 4.253,73 |
| Ministério Público Contas/PA | Contrato 12/2025 Pregão 90005/2025 | ago/2025 | R\$ 5.800,00 |
| TRE/MA | ARP 51/2025 Pregão 90032/2025 | nov/2025 | R\$ 6.758,35 |
| Prefeitura Montenegro/RS | ARP 67/2025 Pregão 83/2025 | nov/2025 | R\$ 6.300,00 |

III - ZWCAD – perpétuo

| Órgão | Licitação | Data Assinatura/ Homologação | Valor Unitário da Licença |
|--------------------------------------|--|---------------------------------|---------------------------|
| Prefeitura Tijucas/SC | Inexigibilidade 024/ PMT/2025 | jul/2025 | R\$ 5.324,00 |
| Prefeitura Colombo/PR | Contrato 346/2025 Inexigibilidade 62/2025 | out/2025 | R\$ 5.088,00 |
| Prefeitura Luis Eduardo Magalhães/BA | Contrato 383/2025 Inexigibilidade 64/2025 | nov/2025 | R\$ 3.685,00 |

IV - SketchUp PRO - 12 meses

| Órgão | Licitação | Data Assinatura/ Homologação | Valor Unitário da Licença |
|------------------------------|------------------|---------------------------------|---------------------------|
| Secretaria Governo Estado/PI | Contrato 08/2025 | mai/2025 | R\$ 1.450,00 |
| TJ/AM | Contrato 22/2025 | jun/2025 | R\$ 2.135,16 |
| MP/SC | NE 2025NE002822 | ago/2025 | R\$ 2.589,80 |

| | | | |
|-------------------------|---------------------|----------|--------------|
| Caixa Econômica Federal | Contrato 12997/2025 | out/2025 | R\$ 2.190,00 |
|-------------------------|---------------------|----------|--------------|

V - SketchUp PRO - 36 meses

| Órgão | Licitação | Data Assinatura/ Homologação | Valor Unitário da Licença |
|--|------------------|---------------------------------|---------------------------|
| TRT/DF | NE 2025NE505 | mai/2025 | R\$ 5.987,99 |
| Prefeitura Passo Fundo/RS | Pregão 113/2025 | nov/2025 | R\$ 6.383,00 |
| Prefeitura Joaboatão dos Guararapes/PE | Contrato 12/2025 | nov/2025 | R\$ 6.603,00 |

VI - SketchUp Studio - 12 meses

| Órgão | Licitação | Data Assinatura/ Homologação | Valor Unitário da Licença |
|---------------------------|---------------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| Prefeitura Ubá/MG | Contrato 82/2025 | mai/2025 | R\$ 4.494,00 |
| Governo Estado/BA | NE 40101.0039.25.0000058-3 | mai/2025 | R\$ 4.500,00 |
| Prefeitura Londrina/PR | Contrato 121/2025 Pregão 72/2025 | set/2025 | R\$ 4.640,00 |
| Prefeitura Barra Velha/SC | Contrato 142/2025 Dispensa 43/2025 | nov/2025 | R\$ 4.187,94 |

VII - SketchUp Studio - 36 meses

| Órgão | Licitação | Data Assinatura/ Homologação | Valor Unitário da Licença |
|------------------------------|------------------|---------------------------------|---------------------------|
| Prefeitura Rio de Janeiro/RJ | Contrato 57/2025 | set/2025 | R\$ 11.170,00 |
| TRT/DF | NE 2025NE506 | mai/2025 | R\$ 14.271,00 |
| Assembleia Legislativa/ES | Contrato 06/2025 | mar/2025 | R\$ 9.770,00 |

VIII - V-Ray - 12 meses

| Órgão | Licitação | Data Assinatura/ Homologação | Valor Unitário da Licença |
|----------|---------------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| SEMAS/PA | Contrato 66/2025 Pregão 90012/2025 | set/2025 | R\$ 3.700,00 |

8.1.2.2. Não foram encontradas contratações similares vigentes em outros órgãos públicos para licenças específicas do software 3ds max (Autodesk Inc.).

8.1.2.3. A grande maioria das contratações similares do software V-Ray em órgãos públicos, ocorre em conjunto com o software SketchUp PRO, resultando no SketchUp Studio.

8.1.2.4. Observa-se que, em sua maioria, os contratos analisados abrangem períodos de 12 (doze) e 36 (trinta e seis) meses. Nesse sentido, sugere-se a análise da viabilidade dos custos totais de propriedade no item Análise Comparativa de Custos (TCO).

8.1.2.5. Conforme preconiza o § 6º, do art. 9º da IN SGD/ME nº 94/2022, "Caso a solução escolhida, resultante do Estudo Técnico Preliminar, contenha item presente nos Catálogos de Soluções de TIC (...) os documentos de planejamento da contratação deverão utilizar todos os elementos constantes no respectivo Catálogo, tais como: especificações técnicas, níveis de serviços, códigos de catalogação, PMC-TIC, entre outros." (grifo nosso), apesar de haver Catálogo de Soluções de TIC de produtos da Autodesk Inc., o software AutoCAD LT não está entre os listados. Disponível em: [<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/catalogos-de-solucoes-de-tic-com-condicoes-padronizadas-para-licenciamento-de-software/arquivos/autodesk/catalogo-unilateral-autodesk-2-0-0-publi.pdf>]. Acesso em 13/01/2026.

9. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

9.1. Com a definição do objeto da contratação, foram identificadas e analisadas soluções proprietárias disponíveis no mercado, com base em informações técnicas disponibilizadas pelos fabricantes, artigos e outras fontes públicas, segue comparativo:

| Identificação do Item | Solução | Descrição da Solução |
|-----------------------|-------------|--|
| 1 | Solução 1.1 | AutoCAD LT (Autodesk Inc.) Viável. O software AutoCAD LT (versão limitada) possui as necessidades de negócio e técnicas apontadas neste Estudo Preliminar Técnico. É importante salientar que, atualmente, é o software utilizado pelas equipes técnicas de engenharia e arquitetura e que os modelos bidimensionais e projetos arquitetônicos, urbanísticos e de engenharia produzidos preteritamente foram modelados neste software, portanto, os engenheiros e arquitetos estão adaptados adaptados. |
| | Solução 1.2 | ZWCAD Std (ZWSOFT CO.) Não viável. A licença disponível é vitalícia (não foram encontradas informações de outras formas de aluguel). As equipes técnicas de engenharia e arquitetura não possuem experiência no uso da solução. |
| 2 | Solução 2.1 | SketchUp PRO (Trimble Navigation) Viável. O software SketchUp PRO possui as necessidades de negócio e técnicas apontadas neste Estudo Preliminar Técnico. É importante salientar que as maquetes virtuais produzidas pelas equipes técnicas de engenharia e arquitetura (modelagem 3D de projetos arquitetônicos e urbanísticos) foram modeladas neste software, portanto, os membros possuem conhecimento empírico e prático no uso e não necessita de treinamento específico. |
| | Solução 2.2 | 3ds Max (Autodesk Inc.) Não viável. As maquetes virtuais produzidas pela equipe técnica de engenharia e arquitetura, em sua totalidade, foram modeladas com o software SketchUp, o que torna a interoperabilidade entre softwares dificultada. Os servidores necessitam de capacitação para sua utilização. |
| 3 | Solução 3.1 | SketchUp Studio (Trimble Navigation) Viável. O software SketchUp Studio possui as necessidades de negócio e técnicas apontadas neste Estudo Preliminar Técnico. Este software possui ferramenta de renderização de vídeos e imagens (V-Ray Vision). Não há necessidade de treinamento. |
| | Solução 3.2 | V-Ray (Chaos Group) Não viável. A alternativa do software SketchUp Studio se mostrou vantajosa por possuir ferramenta de renderização de vídeos e imagens própria. |

9.2. Quanto às políticas, os modelos e os padrões de governo, quando aplicáveis:

9.2.1. Padrões de governo ePing, eMag, ePWG: não se aplica;

9.2.2. ICPBrasil: não se aplica;

9.2.3. e-ARQ Brasil: não se aplica.

10. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

10.1. Foram consideradas como inviáveis as soluções proprietárias ZWCAD Std (ZWSOFT CO.), 3ds Max (Autodesk Inc.) e V-Ray (Chaos Group), conforme apontado na Análise Comparativa de Soluções.

11. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS

11.1. Recomenda-se, realizar análise comparativa entre algumas opções de período de subscrição (12 e 36 meses), a fim de avaliar impactos financeiros e operacionais.

11.2. Mapa Comparativo dos Cálculos Totais de Propriedade (TCO)

| Soluções Viáveis | | | Estimativa de TCO ao longo dos anos (R\$) | | | |
|-----------------------|----------------------|-----------------------|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| IDentificação do Item | Descrição da Solução | Período de Subscrição | Ano 1 | Ano 2 ¹ | Ano 3 ¹ | Total ¹ |
| 1 | AutoCAD LT | 12 meses | 2.166,65 | 2.257,50 | 2.352,16 | 6.776,32 |
| | | 36 meses | 5.778,02 | -- | -- | 5.778,02 |
| 2 | SketchUp PRO | 12 meses | 2.091,24 | 2.178,93 | 2.270,30 | 6.540,48 |
| | | 36 meses | 6.324,67 | -- | -- | 6.324,67 |
| 3 | SketchUp Studio | 12 meses | 4.455,49 | 4.642,32 | 4.836,99 | 13.934,81 |
| | | 36 meses | 11.737,00 | -- | -- | 11.737,00 |

¹A projeção de custos para os anos 2 e 3 das soluções válidas para 12 meses baseou-se na média da variação anual do ICTI dos últimos 3 anos, com referência de outubro de 2025 (<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2025/12/indice-de-custo-da->

tecnologia-da-informacao-icti-outubro-de-2025/).

11.3. A experiência técnica desta Equipe de Planejamento demonstra que há um baixo interesse dos fornecedores na prorrogação facultativa de prazos contratuais (modelo 12+12 meses). Isso ocorre devido à obrigatoriedade de aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI) para o reajuste de preços, conforme determina a IN SGD/MGI nº 94/2022 e a Portaria GM/MP nº 424/2017. O ICTI, por ser um índice baseado na variação de custos nacionais, frequentemente não acompanha a volatilidade real dos softwares cujas tabelas de preços são originadas em moeda estrangeira. Essa divergência pode tornar o equilíbrio econômico-financeiro insustentável para o contratado no momento da renovação, levando à recusa da prorrogação e à consequente interrupção do fornecimento.

11.4. Nesse sentido, diante do risco de interrupção nas atividades das equipes técnicas de engenharia e arquitetura por falta de renovação contratual, esta equipe de planejamento, alinhada às necessidades do requisitante, propõe a fixação da contratação por, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação, respeitada a vigência máxima decenal ([Art. 107, da Lei nº 14.133](#)), condicionada à manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação. Tal medida garante a estabilidade do valor adjudicado por um período prolongado, protege a UTFPR de oscilações tarifárias anuais e reduz o custo administrativo de realizar novos processos licitatórios em curtos intervalos de tempo.

11.5. Cálculo dos Custos Totais de Propriedade (TCO)

| Soluções Viáveis | | | Estimativa de TCO ao longo dos anos (R\$) | | |
|-----------------------|----------------------|-----------------------|--|----------------------|-------------------|
| IDentificação do Item | Descrição da Solução | Período de Subscrição | Quantidade de Licenças Previstas (unidade) | Custo Unitário (R\$) | Custo Total (R\$) |
| 1 | AutoCAD LT | 36 meses | 25 (cinte e cinco) | 5.778,02 | 144.450,50 |
| 2 | SketchUp PRO | 36 meses | 07 (sete) | 6.324,67 | 44.272,69 |
| 3 | SketchUp Studio | 36 meses | 01 (um) | 11.737,00 | 11.737,00 |
| Custo Total (R\$) | | | | | 200.460,19 |

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

12.1. Considerando os aspectos técnicos e econômicos a solução de TIC que melhor atende as necessidades definidas pelo requisitante é a contratação de fornecimento dos softwares e quantidades apontadas no quadro abaixo, todas temporárias, válidas por 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação, com suporte técnico e atualização de novas versões.

| Identificação do Item | Descrição da Solução | Período de Subscrição | Unidade | Quantidade de Licenças Previstas |
|-----------------------|----------------------|-----------------------|------------------|----------------------------------|
| 1 | AutoCAD LT | 36 meses | Licença Unitária | 25 (cinte e cinco) |
| 2 | SketchUp PRO | 36 meses | Licença Unitária | 07 (sete) |
| 3 | SketchUp Studio | 36 meses | Licença Unitária | 01 (um) |

12.2. Registra-se que ao longo dos anos realizamos diversas contratações das soluções viáveis apontadas e não há registros de problemas com as entregas.

13. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços fundamenta-se no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 11.462/2023, que autoriza essa modalidade pela necessidade de atender, de forma padronizada e mediante licitação única, tanto a equipe técnica da unidade central (DIRPRO) quanto as equipes distribuídas nos diversos campi (DEPROs).

13.2. A contratação por registro de preços é ideal devido à natureza das subscrições de software, cuja ativação depende da dinâmica operacional de cada unidade. O SRP permite a aquisição sob demanda, garantindo que o empenho e o pagamento ocorram apenas conforme a necessidade real de uso, evitando a ociosidade de licenças e o desperdício de recursos.

13.3. Se adotado o Sistema de Registro de Preços, deverão ser seguidas as definições da Instrução Normativa PROPLAD/UTFPR nº 22/2025, fato que poderá alterar a quantidade dos itens especificados neste ETP.

13.4. Sugere-se que, após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Contratação seja realizada, gerida e fiscalizada pelo campus demandante.

14. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

14.1. Optou-se pelo parcelamento parcial da solução, dividindo a contratação em 02 (dois) Lotes, conforme a seguir:

| Identificação do Lote | Identificação do Item | Descrição da Solução | Identificação do Fabricante |
|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------------|
| Lote 1 | 1 | AutoCAD LT | Autodesk Inc. |
| Lote 2 | 1 | SketchUp PRO | Trimble Navigation |
| | 2 | SketchUp Studio | Trimble Navigation |

14.2. O parcelamento em 02 (dois) lotes, conforme quadro acima, é a solução que melhor equilibra o dever de parcelar para ampliar a competitividade com o dever de buscar a eficiência administrativa e a segurança tecnológica, evitando a fragmentação excessiva de contratos de mesma natureza técnica.

14.3. A decisão de manter as licenças de modelagem 3D (software SketchUp versões Pro e Studio) em um lote único, a ser ofertado pelo mesmo fornecedor, justifica-se fundamento no art. 40, §3º, inciso I da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o parcelamento comprometeria a padronização, a compatibilidade tecnológica e a plena funcionalidade das atividades técnicas da unidade, considerando-se que ambas as soluções pertencem à mesma família de produtos do fabricante (Trimble Navigation), assegurando que a gestão das contas e assinaturas ocorra sob o mesmo canal de distribuição, evitando conflitos de acesso.

15. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

15.1. A partir da composição de itens da solução escolhida, o valor global estimado da contratação é o que segue:

| Identificação do Lote | Identificação do Item | Software/Ferramenta | Quantidade Total de Licenças Previstas | Valor Unitário Estimado (R\$) | Valor Total Estimado (R\$) |
|-----------------------------|-----------------------|---------------------|--|-------------------------------|----------------------------|
| Lote 1 | 1 | AutoCAD LT | 25 (cinte e cinco) | 5.778,02 | 144.450,50 |
| Lote 2 | 1 | SketchUp PRO | 07 (sete) | 6.324,67 | 44.272,69 |
| | 2 | SketchUp Studio | 01 (um) | 11.737,00 | 11.737,00 |
| Valor Global Estimado (R\$) | | | | | 200.460,19 |

15.2. A estimativa do custo total da contratação foi obtida através da avaliação de contratações similares em outros órgãos públicos.

15.3. Os custos unitários e totais acima podem variar ao longo do processo de Planejamento de Compras em tela.

16. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

16.1. A adoção das soluções permite a continuidade do uso das ferramentas já consolidadas pelas equipes técnicas da instituição, assegurando a manutenção das atividades de engenharia e arquitetura sem interrupções, sem necessidade de treinamentos adicionais ou processos de adaptação, além de possibilitar a padronização das ferramentas, o que preserva a produtividade da equipe e a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

17. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

17.1. A vantajosidade econômica da solução decorre da padronização das ferramentas e sua continuidade com softwares já dominados pelas equipes técnicas, eliminando a necessidade de capacitação adicional e evitando custos operacionais com treinamentos ou adaptação a novas plataformas.

17.2. Também, a centralização da licitação em uma única Ata de Registro de Preços, promove ganhos de escala e elimina custos administrativos de múltiplos processos isolados, enquanto a manutenção do padrão tecnológico protege o investimento já realizado, evitando gastos com a conversão de acervos técnicos e a perda de produtividade inerente à migração para sistemas incompatíveis.

18. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

18.1. A contratação das subscrições das licenças dos software visa alcançar, além dos apontamentos já estabelecidos ao longo deste Estudo Preliminar Técnico, os seguintes resultados operacionais e estratégicos para as equipes técnicas de engenharia e

arquitetura:

- a) Manter a capacidade de produção de projetos de arquitetura e engenharia sem interrupção, assegurando a compatibilidade com a base histórica de arquivos (.dwg e .skp).
- b) Manter a constância da velocidade e qualidade de produção e criação de projetos por parte dos profissionais.
- c) Viabilizar a etapa de modelagem e visualização necessária para a migração gradual para a metodologia BIM, permitindo que a equipe trabalhe na produção de bases .ifc.
- d) Fornecer modelos 3D e renderizações fotorrealistas para auxiliar na compreensão de projetos técnicos e na elaboração de estudos para a área administrativa, facilitando a tomada de decisões por parte dos gestores.

19. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

19.1. Não há.

20. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

20.1. Esta contratação é considerada viável, haja vista a demonstração efetiva de sua adequabilidade e atendimento aos critérios técnico, econômico e orçamentário existentes em torno da necessidade de contratação requisitada.

21. **RESPONSÁVEIS**

21.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 31, de 09 de janeiro de 2026.

Documento Assinado eletronicamente por:

| Integrante Técnico | Integrante Requisitante | Integrante Administrativo |
|--|---|--|
| DANILO RENATO DE ASSIS Matrícula/SIAPE: 2069752 | ANA CLAUDIA SARTOR SPIVAKOSKI Matrícula/SIAPE: 3148613 LUDMILA DE SOUZA FREITAS Matrícula/SIAPE: 2818047 MARCELO CHELLA Matrícula/SIAPE: 1753502 | ANA PAULA BARROS Matrícula/SIAPE: 2260257 |

22. **APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

22.1. Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

| |
|--|
| AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL – § 3º do art. 11) |
| DIOGO AUGUSTO BARROS PEREIRA Matrícula/SIAPE: 21942233 |



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANA CLAUDIA SARTOR SPIVAKOSKI, ARQUITETO E URBANISTA**, em (at) 20/02/2026, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **MARCELO CHELLA, ENGENHEIRO-AREA**, em (at) 20/02/2026, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **LUDMILA DE SOUZA FREITAS, ARQUITETO E URBANISTA**, em (at) 20/02/2026, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **DIOGO AUGUSTO BARROS PEREIRA, DIRETOR(A)**, em (at) 20/02/2026, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **DANILO RENATO DE ASSIS, TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO**, em (at) 25/02/2026, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5501731** e o código CRC (and the CRC code) **917B3744**.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
REITORIA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMONIO
DEP. DE MATERIAIS E IMPORTACAO

Av. Sete de Setembro, 3165 - CEP 80230-901 - Curitiba - PR - Brasil
Telefone: (41) 3310-4545 - www.utfpr.edu.br



MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
E A XXX.

(Processo Administrativo nº 23064.021741/2026-22)

A União por intermédio da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR), autarquia federal de direito público vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 3165, Rebouças, Curitiba/PR – CEP 80.230-901, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 75.101.873/0001-90, neste ato representada pelo seu Pró-Reitor de Planejamento e Administração, Sr. Tiago Mello, nomeado pela Portaria nº 1469, de 25 de setembro de 2024, publicada no DOU de 27 de setembro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 1638994, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23064.021741/2026-22 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de licenças de uso, juntamente com o suporte técnico e manutenção, para os softwares

AutoCAD LT (Autodesk); SketchUp PRO (Trimble) e SketchUp Studio (Trimble), todos na versão mais recente, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| Item | Especificação | CATSER | Métrica ou Unidade de Medida | CÓD. PMC-TIC | Quantidade | Valor Unitário Máximo Estimado | Valor Total Máximo Estimado |
|---|--|--------|------------------------------|--------------|--------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| 01 | Software AutoCAD LT (Autodesk), 36 meses | 27502 | Licença unitária | NA | 25 (vinte e cinco) | R\$ xxx | R\$ xxx |
| Grupo 01 (Lote 01) | | | | | | | |
| Item | Especificação | CATSER | Métrica ou Unidade de Medida | CÓD. PMC-TIC | Quantidade | Valor Unitário Máximo Estimado | Valor Total Máximo Estimado |
| 02 | Software SketchUp PRO (Trimble), 36 meses | 27502 | Licença unitária | NA | 08 (oito) | R\$ xxx | R\$ xxx |
| 03 | Software SketchUp Studio (Trimble), 36 meses | 27502 | Licença unitária | NA | 01 (um) | R\$ xxx | R\$ xxx |
| Valor Total Máximo Estimado Grupo 01 (Lote 01) | | | | | | | R\$ xxx |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos [arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)[A3]

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de

Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 208.358,84 (duzentos e oito mil, trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no

caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do

contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à

execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se

proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

1. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

2. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [arts. 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-

financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: 15246 - UTFPR;

II) Ação: 20RK;

III) Fonte: 1000000000;

IV) Programa: 5113;

V) PTRES: 229597;

VI) Natureza de Despesa: 339040.06 - Locação de Softwares.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990](#) –

[Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

8. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba, Seção Judiciária do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico para contratação de serviços/Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação
Aprovado pela Secretaria de Governo Digital
Identidade visual pela Secretaria de Gestão
Atualização: AGO/2025



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **SANDRA DO ROCIO RAMOS, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 12/06/2026, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5719993** e o código CRC (and the CRC code) **965FF494**.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
REITORIA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMONIO
DEP. DE MATERIAIS E IMPORTACAO
Av. Sete de Setembro, 3165 - CEP 80230-901 - Curitiba - PR - Brasil
Telefone: (41) 3310-4545 - www.utfpr.edu.br



MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº 23064.021741/2026-22

Ata de Registro de Preços nº **XX/XXXX**

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 3165, Rebouças, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.101.873/0001-90, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Planejamento e Administração, Sr. Tiago Mello, nomeado pela Portaria nº 1469, de 25 de setembro de 2024, publicada no DOU de 27 de setembro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 1638994, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202....., processo administrativo n.º 23064.021741/2026-22, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de licenças de uso, juntamente com o suporte técnico e manutenção, para os softwares AutoCAD LT (Autodesk); SketchUp PRO (Trimble) e SketchUp Studio (Trimble), todos na versão mais recente, especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> | | | | | | | |
|------------|--|--|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Reitoria - UASG 153019.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

| <i>Item nº</i> | <i>Órgãos Participantes</i> | <i>Unidade</i> | <i>Quantidade</i> |
|----------------|-----------------------------|----------------|-------------------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços

praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> | | | | | | | |
|------------|--|--|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> | | | | | | | |
|------------|--|--|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Modelo Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **SANDRA DO ROCIO RAMOS, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 12/06/2026, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5723002** e o código CRC (and the CRC code) **7FF9F0E2**.



ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

Eu, [Nome Completo Responsável Legal], [Cargo, Função/Empresa], [nº do CPF], declaro estar ciente da minha habilitação para o escopo da contratação: [objeto da contratação], na unidade [Campus] da UTFPR. Reconheço a responsabilidade de acesso e o dever do sigilo quanto ao acesso e manutenção de quaisquer ativos de rede de dados, das regras de segurança, credenciais de acesso ou outra informação sensível a mim conferidas.

Em relação a essas atribuições no âmbito deste Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, comprometo-me a:

- a) Realizar as atividades presenciais e/ou remotas apenas dentro do escopo do serviço contratado;
- b) Manter a absoluta cautela quanto a exibição de dados em tela, fazer impressões, gravar em meios eletrônicos ou qualquer outra forma de reprodução informações sensíveis, a fim de evitar o vazamento para pessoas não autorizadas;
- c) Destruir todas as informações sensíveis, gravadas em qualquer meio ou mídias próprias, após a execução do serviço;
- d) Utilizar as credenciais de acesso exclusivamente para a execução do serviço contratado;
- e) Manter sigilo dos dados ou informações sigilosas obtidas, abstendo-me de revelá-los ou divulgá-los, sob pena de incorrer nas sanções civis e penais decorrentes de eventual divulgação;
- f) Não repassar a outrem quaisquer informações, privilégios ou credenciais de acesso.

[_____
[Nome Completo Responsável Legal]
[Cargo / Empresa]
[Nº do CPF]



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
REITORIA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMONIO
DEP. DE MATERIAIS E IMPORTACAO

Av. Sete de Setembro, 3165 - CEP 80230-901 - Curitiba - PR - Brasil
Telefone: (41) 3310-4545 - www.utfpr.edu.br



ANEXO IV
PROPOSTA DE PREÇOS - MODELO

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida no(a) _____, para o fornecimento de _____, conforme estabelecido no edital de Pregão Eletrônico nº 90.005/2026.

| | ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QTDE. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---------------------|------|------------------------------|-------------------|-------|----------------|-------------------|
| | 01 | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxx | xxxx | xxxxxxxxxx | R\$xxxxxx |
| Grupo 1 | 02 | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxx | xxx | xxxxxxxxxx | R\$ xxxxxxxxxx |
| | 03 | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxx | xxx | xxxxxxxxxx | R\$.xxxxxx |
| TOTAL DO LOTE 1 XXX | | | | | | R\$ |

1. Validade da Proposta: (... por extenso ...) dias (mínimo 60 dias);
2. Prazo de Execução/Entrega: Conforme estabelecido no Termo de Referência;
3. Declaração: A presente proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
4. Conformidade: Declaramos pleno conhecimento e aceitação de todas as normas estabelecidas no Edital

e seus Anexos, bem como a observância das especificações técnicas do Termo de Referência.

5.No preço ofertado já estão incluídos todos os tributos, tarifas, fretes, suporte técnico, garantias e demais despesas diretas ou indiretas necessárias ao perfeito fornecimento do objeto.

(Sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante) (Nº Cédula de Identidade)



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **SANDRA DO ROCIO RAMOS, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 12/06/2026, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5742204** e o código CRC (and the CRC code) **DC04330D**.